

NOTA

Assunto: **Nota relativa à sessão plenária
- 21-22 de Março de 2002**

Abertura da sessão plenária

O Presidente da Convenção, Valéry Giscard d'Estaing, assistido pelos dois Vice-Presidentes, Jean-Luc Dehaene e Giuliano Amato, declaram aberta a sessão.

I Debate geral: "O que se espera da União Europeia?"

Introdução. O Presidente Giscard d'Estaing lançou o primeiro debate de fundo da Convenção, sublinhando a dimensão da missão a cumprir. Recordou que os cidadãos europeus têm a sensação de não serem ouvidos sobre o futuro da Europa, pelo que a primeira fase da Convenção deverá ser uma fase de auscultação.

Convidou os Convencionais a iniciarem o debate. Falarão livremente e a título pessoal, começando por dirigir-se aos demais membros da Convenção. O Presidente manifestou o desejo de que os Convencionais definam quais, em sua opinião, as prioridades para a Europa para os próximos 25 a 50 anos.

Mais de oitenta membros da Convenção participaram no debate. As intervenções foram de natureza e conteúdo muito diversos. Algumas concentraram-se sobre uma ou duas prioridades, ou mesmo sobre uma única prioridade. Outras versaram sobre o conjunto dos temas europeus. Muitas começaram por uma análise da situação actual na União. Apesar da diversidade e riqueza das intervenções, é possível traçar algumas linhas gerais:

Avaliação da situação actual. Numerosos foram os Convencionais a saudar o caminho percorrido nos últimos 50 anos, considerando que este foi notável e ultrapassou as previsões mais optimistas que possam ter sido feitas à partida. Os resultados foram considerados garantidos, nomeadamente o mais importante, o da paz na Europa.

Entre os sucessos da construção europeia evocaram-se em especial o mercado único, as quatro liberdades (livre circulação de pessoas, de bens, de serviços e de capitais), a introdução do euro em 12 Estados-Membros e o levantamento dos controlos das pessoas nas fronteiras dentro do espaço Schengen. Hoje em dia, se um cidadão comunitário decidir deixar um Estado-Membro para se instalar e viver noutra, fá-lo-á por escolha pessoal e porque dispõe dessa possibilidade e não constringido pelo medo ou pela força.

Muitos foram os Convencionais a congratularem-se com o processo de alargamento em curso, que, quando concluído, significará a abolição definitiva da divisão da Europa em duas resultante da segunda guerra mundial.

Todavia, muitas intervenções puseram igualmente em evidência os pontos fracos e as deficiências da Europa actual. A Europa não está suficientemente atenta à opinião do cidadão. Os cidadãos têm a sensação de não poderem pedir contas aos que ocupam posições de poder e tomam decisões em nome da Europa. O facto de o Parlamento Europeu ser eleito por sufrágio universal, de os ministros com assento no Conselho representarem os respectivos governos e de os Comissários Europeus serem nomeados pelos governos dos Estados-Membros e serem responsáveis perante o Parlamento Europeu não dissipa a apreciação de que a Europa não é suficientemente democrática. Seria necessário, para tal, que os cidadãos europeus pudessem escolher e dispensar directamente os responsáveis pela acção europeia.

Os mecanismos institucionais da União são frequentemente considerados pesados, complexos e dificilmente compreensíveis pela opinião pública. Observada do interior, a Europa é vista como abstracta e longínqua. Do exterior, não é considerada suficientemente eficaz, por exemplo, ao não responder rápida e adequadamente aos desafios colocados pela mundialização e pelos desenvolvimentos transfronteiras.

Um certo número de intervenientes considerou que a Europa tem tendência a estar demasiado presente, em detrimento da autonomia e da liberdade dos Estados-nação.

Expectativas relativamente à Europa. Numerosos Convencionais consideraram que os seus concidadãos esperam mais Europa. Importa que esta possa corresponder a essa expectativa.

Foi evocada uma maior presença da Europa nomeadamente nos seguintes domínios:

- um espaço de segurança e de justiça que lhe permita, nomeadamente, responder às ameaças do terrorismo ou à pressão migratória exercida nas suas fronteiras;
- a acção da União na cena internacional por forma a permitir-lhe assumir plenamente as suas responsabilidades e a aí defender os seus valores.

Outros sublinharam a necessidade de se edificar um pólo económico e social credível e eficaz e de se reforçar a coordenação das políticas fiscais e orçamentais, em especial entre os 12 Estados que partilham a mesma moeda, o euro.

A política de defesa, a coesão interna, a segurança alimentar, o ambiente e a solidariedade com os países em desenvolvimento foram outros tantos domínios evocados de entre aqueles em que a Europa deve ter maior expressão.

Alguns Convencionais manifestaram o desejo de que a União respeite e defenda as identidades culturais dos Estados-Membros, de que a Europa intervenha menos e esteja disposta a rever a sua acção em determinados domínios, abrandando-a. A legitimidade da Europa sairia reforçada caso se reduzissem as suas competências e se circunscrevesse o acervo comunitário aos domínios em que pode realmente representar uma mais-valia.

Princípios a observar pela Europa. Todos os Convencionais insistiram na comunhão de valores que une o nosso continente, entre os quais foram citados a democracia, o Estado de direito, a defesa e a promoção dos direitos humanos. Alguns mencionaram a Carta dos Direitos Fundamentais e solicitaram a sua integração nos Tratados. Outros exprimiram o desejo de que a União adira à Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

A igualdade entre Estados na União foi tema recorrente, nomeadamente nas intervenções dos Convencionais originários dos países candidatos. Todos os Estados, independentemente da respectiva população, deveriam sentir-se integrados e respeitados numa Europa alargada. Várias intervenções evocaram igualmente a solidariedade entre Estados-Membros e os mecanismos que contribuem para o seu reforço.

A maioria dos Convencionais defendeu uma repartição de poderes ou competências mais simples, por forma a que todos possam identificar facilmente os domínios da competência da União, os da competência nacional ou regional, ou até da competência local. A repartição de competências deverá constituir um dos temas fulcrais da Convenção. Os cidadãos esperam, antes de mais, clareza nesta matéria.

Muitos Convencionais afirmaram o seu empenho no princípio da subsidiariedade e preconizaram a criação de dispositivos eficazes que permitam assegurar o respeito por esse princípio.

Uma parte significativa dos Convencionais abordou o tema da legitimidade democrática, tendo manifestado o desejo de que a União Europeia tenha em conta as expectativas dos cidadãos e de que estes possam ter maior influência e controlo nas decisões europeias. A transparência e a obrigação de prestar contas ("*accountability*") deveriam melhorar a eficácia do funcionamento da Europa.

Aspectos institucionais. Alguns Convencionais pediram que a União se dote de um tratado com valor constitucional qualquer que seja a sua denominação. Deveria ser instaurada uma hierarquia entre as normas. Vários foram os que recordaram o seu apego ao método comunitário. Outros insistiram no método intergovernamental, com provas e eficácia demonstradas. Foi igualmente mencionado por alguns o alargamento da regra da maioria qualificada e da do processo de co-decisão com o Parlamento europeu. Vários Convencionais abordaram também o papel da Presidência e o seu sistema de rotação.

Convenção. Vários intervenientes mencionaram o trabalho da própria Convenção. A grande maioria insistiu na sua determinação em cumprir com êxito a missão que lhes foi confiada e chamou a atenção dos colegas para as consequências de um eventual insucesso da Convenção.

Alguns fizeram votos para que a Convenção produza um texto consensual que possa garantir o sucesso da próxima Conferência Intergovernamental (CIG).

Muitos Convencionais salientaram a importância de que se reveste a consulta da sociedade civil e, especialmente, dos jovens. Há que ouvir as suas propostas. Alguns Convencionais gostariam que também as Igrejas fossem ouvidas. Um deles propôs que seja enviado a todos os cidadãos um questionário segundo a fórmula praticada na Suíça para as reformas constitucionais.

II Pedidos dos representantes dos países candidatos

A Convenção debateu a proposta apresentada pelo Praesidium em resposta aos pedidos apresentados pelos países candidatos na sessão inaugural (doc. CONV 10/2). Alguns intervenientes solicitaram que a proposta seja alterada por forma a permitir que sejam convidados como observadores dos trabalhos do Praesidium dois representantes (e não apenas um único) originários dos países candidatos. Alguns representantes dos países candidatos insistiram também que lhes seja dada a possibilidade de se exprimirem na respectiva língua durante os debates da Convenção.

O Presidente e alguns membros do Praesidium observaram que nem todos os Estados-Membros estão representados no Praesidium e que não seria conveniente que os Estados candidatos enquanto tal o estivessem. A possibilidade de os Convencionais originários dos países candidatos se exprimirem, a seu pedido, na respectiva língua será de novo analisada a nível técnico, em concertação com o Parlamento Europeu.

O Presidente constatou um acordo geral em torno das propostas submetidas à apreciação da Convenção.

III Métodos de trabalho

A Convenção procedeu a uma troca de pontos de vista sobre a proposta do Praesidium relativa aos métodos de trabalho (doc. CONV 9/02).

A maioria dos intervenientes defendeu uma abordagem flexível e pragmática que permita que a Convenção se concentre rapidamente nas questões de fundo, tendo em conta o tempo limitado de que dispõe. Alguns gostariam que fossem introduzidas algumas alterações, enquanto que outros manifestaram o seu acordo apesar de acompanhado de algumas observações.

O Presidente respondeu às perguntas, justificando as alterações introduzidas no texto inicial e garantindo que será feita uma aplicação flexível dos métodos de trabalho de modo pragmático e num espírito de abertura. Salientou ainda que fora introduzido um procedimento de revisão (artigo 16.º) por forma a adaptar mais tarde, se necessário, os métodos de trabalho.

No termo do debate, o Presidente constatou um consenso por parte da Convenção no sentido de aprovar os métodos de trabalho tal como foram apresentados.

IV Fórum

Na sequência da nota relativa ao Fórum (doc. CONV 8/02), cujas recomendações foram objecto de acordo, o Vice-Presidente J. -L. Dehaene referiu os seguintes aspectos:

- será estudada a organização de uma troca de pontos de vista em directo com a sociedade civil através da Internet;
- nos próximos dias será enviada às redacções dos grandes jornais europeus uma carta aberta sobre a Convenção e o Fórum;
- a importância de organizar fóruns com a sociedade civil nos Estados representados na Convenção;
- o Comité Económico e Social realizará reuniões regulares com os representantes da sociedade civil depois das sessões da Convenção. O Vice-Presidente J. -L. Dehaene propôs que estejam presentes nessas reuniões um membro do Praesidium e outro do Secretariado;
- a sugestão de um Convencional de se prever um "eurobarómetro" da opinião pública sobre as questões mencionadas na Declaração de Laeken merece ser posta em prática.

O representante do Comité das Regiões deu informações acerca do diálogo encetado com as regiões sobre as questões debatidas na Convenção.

V Convenção da Juventude

O Presidente recordou a proposta de realizar uma "Convenção da Juventude" segundo o modelo da própria Convenção e deu esclarecimentos sobre as modalidades de organização. A Convenção dos Jovens terá lugar em Bruxelas, no mês de Julho, imediatamente antes ou depois da sessão da Convenção, fixada para 11 e 12 de Julho. A Convenção dos Jovens será organizada segundo o mesmo modelo que a Convenção. Os jovens deverão poder tomar conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelos adultos. A escolha desses jovens será da responsabilidade dos membros da Convenção. 168 serão designados pelos Convencionais originários dos Estados-Membros e países candidatos, 32 pelo Parlamento Europeu e 10 pela Comissão. As suas idades situar-se-ão entre os 18 e os 25 anos.

O Presidente salientou a importância de assegurar uma representação equilibrada em termos de idade, nível de estudos, sexo, etc. O financiamento será garantido em grande parte pela Comissão, com o apoio do Secretariado e do Parlamento Europeu.

Os Convencionais receberão em breve uma nota relativa à organização da "Convenção da Juventude".

VI Próximas sessões

O Presidente declarou que, concluída a actual sessão consagrada a um debate geral, a Convenção deverá passar a questões mais precisas. O Praesidium propõe que as duas próximas sessões se concentrem:

- nas missões da Europa (quais as competências a exercer a nível europeu?);
- no exercício dessas missões (tanto na óptica da legitimidade democrática como na da eficácia).

A fim de preparar melhor o primeiro debate, os membros da Convenção receberão um documento com a descrição da actual repartição de competências na União.

A sessão dedicada à auscultação da sociedade civil terá lugar depois das sessões de Abril e de Maio por forma a que os seus representantes tenham a possibilidade de se exprimirem sobre estes dois grandes temas após terem tomado conhecimento dos primeiros debates realizados na Convenção.

Lista de oradores segundo a ordem das intervenções
Sessão plenária de 21-22 Março de 2002

Debate geral: "O que se espera da União Europeia?"

1. Sylvia-Yvonne KAUFMANN
2. Alojz PETERLE
3. Alain BARRAU
4. Cristiana MUSCARDINI
5. Jürgen MEYER
6. Josep BORRELL FONTELLES
7. Andrew DUFF
8. Pierre CHEVALIER * Suplente de Louis MICHEL
9. Erwin TEUFEL
10. Paraskevas AVGERINOS
11. Proinsias DE ROSSA
12. Jens-Peter BONDE
13. Michael ATTALIDES
14. Josef ZIELENIEC
15. Antonio VITORINO
16. Ray McSHARRY
17. Gianfranco FINI
18. Mesut YILMAZ
19. Elio DI RUPO
20. Alain LAMASSOURE
21. Peter HAIN
22. Jozef OLEKSY
23. Slavko GABER
24. Hans van MIERLO
25. Eduardo ZAPLANA
26. Pavol HAMZIK
27. Ana PALACIO
28. Sören LEKBERG
29. Matjaz NAHTIGAL
30. Peter GLOTZ
31. Klaus HÄNSCH
32. Michael FRENDÓ
33. Iñigo MENDEZ DE VIGO
34. Lena HJELM-WALLEN
35. Georges KATIFORIS
36. Reinhard Eugen BÖSCH
37. Lamberto DINI
38. Edvins INKENS
39. Antonio TAJANI

40. Meglena KUNEVA
41. David HEATHCOAT-AMORY
42. Maria Eduarda AZEVEDO
43. Marco FOLLINI
44. Rihards PIKS
45. Hubert HAENEL
46. Goran LENNMARKER
47. Danuta HUBNER
48. Jozsef SZÁJER
49. Matti VANHANEN
50. João de VALLERA
51. Timothy KIRKHOPE
52. Rolandas PAVILIONIS *Suplente de Vytenis Andriukaitis.
53. Linda Mc AVAN
54. Pál VASTAGH
55. Hannes FARNLEITNER
56. Peter SERRACINO-INGLOTT
57. Alberto COSTA
58. Ben FAYOT
59. Ritta KORHONEN * Suplente de Kimmo Kiljunen
60. Jan FIGEL
61. Carlos CARNERO GONZALEZ * Suplente de Mme Anne Van Lancker
62. Ayfer YILMAZ
63. Jacques SANTER
64. Teija TIILIKAINEN
65. Johannes VOGGENHUBER
66. René van der LINDEN
67. Marietta YANNAKOU-KOUTSIKOU
68. Henning CHRISTOPHERSEN
69. Peter KREITZBERG
70. Michel BARNIER
71. Ali TEKIN
72. Alvydas MEDALINSKAS
73. John BRUTON
74. Gisela STUART
75. Karel DE GUCHT
76. Piia-Noora KAUPPI * Suplente de Hanja Maij-Weggen
77. Pervenche BERÈS * Suplente de Olivier Duhamel
78. Henrik DAM KRISTENSEN
79. Evelin LICHTENBERGER * Suplente de Caspar Einem
80. Nickolay MLADENOV
81. Paul HELMINGER
82. Gabriel CISNEROS
83. Livin MAIOR

Pedidos dos representantes dos países candidatos

- 84. Aloiz PETERLE
- 85. Matjaz NAHTIGAL
- 86. Gundars KRATS * Suplente de Roberts Zile
- 87. Janos MARTONYI
- 88. Jens-Peter BONDE
- 89. Ana PALACIO

Métodos de trabalho

- 90. Elmar BROK
- 91. Ben FAYOT
- 92. Alvydas MEDALINSKAS
- 93. Hannes FARNLEITNER
- 94. Peter ALTMAIER * Suplente de Erwin Teufel
- 95. Andrew DUFF
- 96. Panayiotis DEMETRIOU
- 97. Jens-Peter BONDE
- 98. Earl of STOCKTON * Suplente de Timothy Kirkhope
- 99. Ana PALACIO
- 99. Klaus HÄNSCH

Fórum

- 100. Eduardo ZAPLANA
-